

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA
PREGOEIRA ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA DA SR/DPF/MT
CUIABÁ - MT.

Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2012
PROCESSO Nº 08320.021336/2011-66
Recurso Administrativo - Item 03

NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP, sociedade empresarial, estabelecida na Av. São João, s/nº, Quadra 23, Lote 37, Casa 2, CEP 74.917-280 - Conjunto Cruzeiro do Sul, CEP 74.917-280 - Aparecida de Goiânia (GO), inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 07.116.584/0001-04, por seu representante legal ao final assinado, comparece à respeitada presença de Vossa Senhoria para, com fundamento no item 10 do edital, nos artigos 43, § 5º, e 109, I, alíneas 'a' e 'b', da Lei Federal nº 8.666/93, de aplicação subsidiária ao Pregão, por força do art. 9º, da Lei 10.520/00, e item XVIII do art. 4º da Lei 10.520/00, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão proferida pelo Ilustre Pregoeiro, que habilitou e aceitou a proposta da empresa RAQUEL ROCKENBACH EPP, ora Recorrida, na licitação acima epigrafada, segundo as razões que passa a expor, objetivando a reconsideração da decisão ou remessa do recurso à autoridade superior para deliberação.

I - TEMPESTIVIDADE E DIREITO DE RECORRER

Segundo dispõe o item 10.3.1.1 do edital, o prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias, sendo requisito a manifestação motivada, no ato da divulgação do ato que se pretende impugnar, conforme preceitua o item XVIII do art. 4º da Lei 10.520/00; assim sendo, tendo em conta que o registro de intenção de recurso foi manifestada e aceita, quando o(a) Sr(a) Pregoeiro(a) fixou o dia 02/05/12, como último prazo pra registro dos recursos, o termo final para apresentação das razões do recurso se dá de pleno direito no referido dia 07/05/12; portanto, está tempestivo o presente recurso administrativo, nesta data.

A Recorrente manifestou o desejo de recorrer, quanto à aceitação da proposta e habilitação da recorrida, por conter irregularidades, porque a referida empresa apresentou planilhas de custos e documentos de habilitação em desconformidade com a Instrução Normativa nº 02, edital e legislação, não restando outra medida senão a desclassificação e inabilitação da mesma.

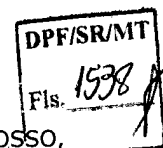
Com efeito, ao compulsar a proposta da Recorrida, constataram-se as irregularidades que serão apontadas nos próximos tópicos e, portanto, consubstanciou-se a desobediência do EDITAL e da LEI, que deverão resultar na desclassificação da proposta da Recorrida e sua inabilitação, sendo assim absolutamente oportuna a interposição deste recurso, com supedâneo no artigo 43, § 5º, da Lei 8.666/93, segundo o qual, abertas as propostas, e mesmo após a fase de habilitação, admite-se o recurso, ante a presença de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento das propostas e vista dos documentos, assim dispondo, verbis:

§ 5º Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento. (Grifou-se)

E a proposta e planilhas da Recorrida somente foram conhecidas pela Recorrente, após o julgamento da proposta, já adequada, e depois de exibidas as planilhas pela Recorrida. Sendo assim, e ante o fato superveniente, consubstanciado na irregularidade da documentação e da proposta elaborada pela Recorrida, e estando aquela em desacordo com as exigências do edital e com a lei, é tempestivo o recurso, também em relação a essa parte, motivo pelo qual, impõe-se o seu acolhimento e processamento.

Como o Edital estabeleceu o julgamento da licitação POR ITEM, discriminados em ITEM 1 - SERVIÇOS DE COPEIRAGEM, ITEM 2 - SERVIÇOS GERAIS E ITEM 3 - SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO e, a Recorrente informa que este RECURSO ADMINISTRATIVO é quanto ao julgamento dos documentos e da

proposta inerentes ao ITEM 3 – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.



II – BREVE RETROSPECTIVA

O MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL / SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO, através da Pregoeira Oficial, divulgou o edital de Pregão Eletrônico nº 01/2012, com a finalidade de "contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, de forma indireta e contínua, de copeiragem, deserviços gerais – manutenção e reforma de imóveis em geral – e de limpeza e conservação predial, com fornecimento de material, utensílios e equipamentos, a fim de atender à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Cuiabá / MT e Descentralizadas, conforme condições, quantidades e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência'.

A Recorrente ocorreu ao chamamento do edital, participou do certame e ofereceu sua proposta, sendo habilitada para a fase de lances, quando a Recorrida: RAQUEL ROCKENBACH EPP, ofereceu o menor lance, e teve sua proposta classificada e aceita.

Mas compulsando a proposta e as planilhas de formação de preços da recorrida, vê-se que elas não atenderam às formalidades legais obrigatórias contidas no Edital e na Lei, assim como seus documentos de habilitação não atenderam aos requisitos do instrumento convocatório, fatos que viciam a proposta e a habilitação, e que devem determinar a sua desclassificação, e inabilitação, motivando este recurso, que tem por fim pedir seja feito pela Pregoeira juízo de reconsideração, para desclassificar a proposta da Recorrida e, por conseguinte, adjudicando o objeto licitado à Recorrente, classificada em segundo lugar; ou, caso não o faça, remeta o presente recurso devidamente informado, à autoridade superior, para decisão.

Inobstante, a ilustre Pregoeira não só aceitou a proposta da Recorrida, assim como também a declarou habilitada, decisão contra a qual a Recorrente se insurge, por constituir ILEGALIDADE, viciando o procedimento licitatório, colocando em risco a segurança jurídica da contratação e causando prejuízos irreparáveis e/ou de difícil reparação à Recorrente, a qual, a bem da verdade, é insofismavelmente a legítima vencedora do certame licitatório, por ter apresentado sua proposta rigorosamente dentro das exigências editalícias e da lei, contemplando com exatidão todos os custos fixos obrigatórios, obedecendo a todas as formalidades legais, e foi a que ficou NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA está apta a exibir regularmente todos os documentos destinados à habilitação no certame, conforme se passa a expor.

III – AS IRREGULARIDADES

III.1 – CONTRATO SOCIAL (REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO)

Com base no requerimento de empresário (contrato social), apresentado para sua habilitação, devidamente homologado pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, em 16.06.2011, a empresa RAQUEL ROCKENBACH, possui o seguinte objetivo social:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, APOIO ADMINISTRATIVO, ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA." grifamos

Pois bem, vejamos qual legislação que regula às atividades de vigilância e segurança armada, constante no site www.dpf.gov.br :

- Lei 7.102/83;
 - Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983;
 - PORTARIA N. 387/2006 - DG/DPF, de 28 de AGOSTO de 2006
- PUBLICADA NO D.O.U. Nº 169, SEÇÃO 1, PG. 80, DE 01 DE SETEMBRO DE 2006:

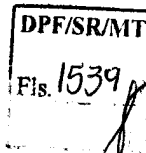
CAPÍTULO III DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS Seção I

Da Vigilância Patrimonial

Requisitos de autorização

Art. 4º O exercício da atividade de vigilância patrimonial, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;
- II - provar que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada; (Texto alterado pela Portaria nº358/2009-DG/DPF)



III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de 15 (quinze) vigilantes, devidamente habilitados; (Texto

alterado pela Portaria nº358/2009-DG/DPF)

IV - comprovar a posse ou a propriedade de, no mínimo, 01 (um) veículo comum, todos com sistema de comunicação; (Texto alterado pela Portaria nº358/2009-DG/DPF)

V- possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observandose:

a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento, separado das instalações físicas de outros estabelecimentos e atividades estranhas às atividades autorizadas; (texto alterado pela Portaria nº 1670/2010-DG/DPF)

b) dependências destinadas ao setor administrativo;

c) dependências destinadas ao setor operacional, dotado de sistema de comunicação;

d) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira, reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso;

e) vigilância patrimonial ou equipamentos elétricos, eletrônicos ou de filmagem, funcionando ininterruptamente.

f) garagem ou estacionamento para os veículos usados na atividade armada;

VI - contratar seguro de vida coletivo.

§ 1º A comprovação, por parte da empresa, da contratação do seguro de vida coletivo e do efetivo mínimo

de vigilantes deverá ser feita até 60 (sessenta) dias após a publicação do alvará de funcionamento. (Texto

alterado pela Portaria nº358/2009-DG/DPF)

§ 2º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

Ilma. Sra. Pregoeira, esta administração que é órgão responsável e fiscalizador, das atividades de vigilância e segurança armada, deverá realizar diligência, para verificar se a Recorrida (RAQUEL ROCKENBACH EPP), possui AUTORIZAÇÃO da POLICIA FEDERAL e do MJ, para realizar "atividades de vigilância e segurança armada", conforme constante no contrato social da mesma, nos termos da Lei 7.102/83, decreto 89.056/83 e Portaria 387/06-DG/DPF, e, caso a recorrida não possua autorização do DPF, para realizar atividades de vigilância e segurança armada, seja também apurado se a mesma já prestou ou está prestando estes serviços que cuja fiscalização é de competência da Polícia Federal, e, por qual motivo a empresa tem como objetivo social as "atividades de vigilância e segurança armada", para que sejam tomadas todas as medidas legais.

Ademais, a diligência solicitada faz necessário, em razão que esta respeitável administração, não poderá correr o risco de contratar empresa autorizada pela polícia federal, para realizar atividades de segurança privada, conforme constante no contrato social da Recorrida (RAQUEL ROCKENBACH EPP), para realizar serviços de limpeza e conservação, uma vez que a legislação proíbe.

Outrossim, o Art. 4º, § 2º da Portaria 387/06-DG/DPF, não deixa dúvida que "O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer."

Assim sendo, o contrato social da Recorrida (RAQUEL ROCKENBACH EPP), não deixa dúvida que há ilegalidade, e, como esta respeitável administração poderá contratar empresa que cujo contrato social, descumpra toda legislação da Polícia Federal e do MJ, para realizar serviços de limpeza para o DPF/SR/MT.

Dessa forma, a Recorrida deverá ser DESCLASSIFICADA, por estar em total desacordo com toda legislação da Polícia Federal, principalmente com o Art. 4º, § 2º da Portaria 387/06-DG/DPF.

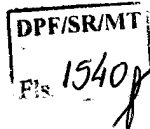
III.2 – Empresa Optante do Simples

Conforme extrato, do Ministério da Fazenda, a empresa RAQUEL ROCKENBACH EPP, é optante do SIMPLES NACIONAL, desde 01/01/2010 e, sendo assim, não poderia cotar todos os encargos sociais, do Grupo "A", em razão que possui isenção total dos encargos referente ao SESC; SENAC; INCRA; SALÁRIO EDUCAÇÃO e SEBRAE. Entretanto a recorrida, cotou percentuais e valores para todos os itens, descumprindo assim a Lei Complementar 123, de 14/12/2006, e, principalmente gerando enriquecimento ilícito, porque, se estes impostos não são devidos, e, porque razão a recorrida está cobrando dessa respeitável administração (POLICIA FEDERAL), então a mesma também deverá ser desclassificada por mais este ato ilegal.

III.2 – Empresa Optante do Simples - Vedação

Ilma. Senhora Pregoeira, os atestados de capacidade emitidos pela ELETROBRAS/ELETRONORTE, comprova que a Recorrida, vem prestando serviços de Copeiragem, Carga e Descarga, Motoristas, entre outros. Pois bem, estes atestados comprova, que a Recorrida (RAQUEL ROCKENBACH EPP), está e vem descumprindo o artigo 17, inciso XII, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, a saber:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:



XII – que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

Depois, através do § 1º do mesmo artigo 17, houve a EXCLUSÃO de algumas atividades de cessão e locação de mão-de-obra, como por exemplo Vigilância, Limpeza e Conservação, inciso XVII:

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades seguintes ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo:

XXVII – serviço de vigilância, limpeza ou conservação;

E o § 2º, do artigo 17, estabeleceu, ainda, que:

§ 2º Também poderá optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dedique à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 2007) (Grifou-se)

Mas as atividades de Copeiragem, Carga e Descarga, Motoristas, constantes no ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pela ELETROBRAS/ELETRONORTE, não foram inseridas às exceções contidas nos referidos parágrafos primeiro e incisos e segundo, sendo, portanto, não abrangida pelos benefícios fiscais e de contratação com o setor público, previstos na Lei Complementar 123/2006.

Ainda a Secretaria da Receita Federal, através da 9ª Região Fiscal, editou a Solução de Consulta nº 124, de 16 de maio de 2008, onde destacou em EMENTA, que:

“SIMPLES NACIONAL – CESSÃO OU LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – A cessão e a locação de mão-de-obra de telefonista, recepcionista, digitador e motorista são atividades vedadas aos optantes pelo Simples Nacional, ainda que realizadas em conjunto com cessão e locação de mão-de-obra de vigilância, limpeza e conservação” (Dispositivos legais: Lei Complementar nº 123/2006, art. 17, XII, § 1º, XXVII). (Grifou-se)

Sra. Pregoeira, em outro processo licitatório, também promovido por esta administração, a Pregoeira da Polícia Federal inabilitou nossa empresa (NORTE SUL) por ser optante do simples nacional, e, também notificou a receita federal, para que excluísse do simples nossa empresa. Assim a receita federal, tomando conhecimento do fato, excluiu nossa empresa do super simples, na forma da lei, ou seja, o serviço de motorista para a ELETROBRAS, iniciou-se em 11.08.2011, então, a Recorrida já deveria estar excluída do SIMPLES nacional, e se, na solicitação sua exclusão está em desacordo com a Lei 123/2006.

Dessa mesma forma, já que a Recorrida (RAQUEL ROCHENBACH EPP), apresentou atestado de capacidade técnica, comprovando o descumprimento do artigo 17, inciso XII, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, desde 08.09.2011, REQUEREMOS, que vossa senhoria, em razão do princípio da IGUALDADE, também NOTIFIQUE a RECEITA FEDERAL dessa ilegalidade, uma vez que até a presente data ainda está inserida no SIMPLES descumprindo toda legislação pertinente.

Por fim, a NOTIFICAÇÃO para a RECEITA FEDERAL, que a empresa RAQUEL ROCHENBACH EPP, é OPTANTE do SIMPLES NACIONAL, e, está prestando serviços de seção de mão-de-obra, desde 11.08.2011, a favor da ELETROBRAS/ELETRONORTE, faz necessário, haja visto que o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, jamais poderá ser conivente com esta ilegalidade, e, não poderá ser diferença, por que todos os licitantes tem que ter tratamento IGUAL, e, principalmente que se esta administração comunicou nossa empresa que estava inserida no simples nacional. Dessa forma, não há razão, de não comunicar a recorrida RAQUEL ROCHENBACH EPP, por estar prestando serviços de seção de mão-de-obra desde 11.08.2011, para a Eletrobrás e ainda continua inserida no SIMPLES.

III.3. Precedentes

Os órgãos da Administração pública direta e indireta vêm impedindo a participação de micro empresas e empresas de pequeno porte, optantes do simples nacional, em licitações destinadas à contratação de várias espécies de cessão ou locação de mão-de-obra, incluídas nas vedações do artigo 17, inciso XII, da Lei Complementar 123/2006, e não incluídas nas exceções de que tratam o § 1º do mesmo artigo.

Ademais, vários editais de licitação de serviços proíbem a participação de empresas OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, como por exemplo o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 13/2009 – SR/DPF/MT, PROCESSO Nº. 08320.011097/2009-11, promovido pela Polícia Federal, através da Pregoeira da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso (situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, n. 1205), VEJAMOS:

3.5. Não poderá participar deste pregão a empresa que:

3.5.1. Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo se comprovar a sua reabilitação;

3.5.2. Estiver incluída no Cadastro de Fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração

DPF/SR/MT

1541

Pública Federal;

3.5.3. Os interessados que se encontrarem cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedidos de contratar com o DPF ou que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.5.4. Licitantes que se apresentem constituídos sob a forma de empresas em consórcio, empresas coligadas, controladas e controladoras entre si ou com a mesma constituição societária;

3.5.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

3.5.6. Empresas submetidas aos regimes de recuperação de empresas previstos na Lei 11.101/2005, bem como as que tiveram sua falência declarada ou que se encontrem sob concurso de credores, dissolução, liquidação, incorporação.

3.6. As empresas organizadas sob a forma de EPP ou ME, sob o amparo da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão observar o artigo 43 desse Diploma Legal, apresentando, na fase de habilitação toda a sua documentação, ainda que com restrições.

3.7. A dispensa da verificação da regularidade fiscal na fase de habilitação não traduz dispensa da documentação referente à situação fiscal da EPP ou ME, apenas posterga-se essa verificação para o momento de celebração do termo de contrato ou equivalente, observando-se o artigo 42, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.8. Empresa optante pelo Simples Nacional, com base no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar n. 123/2006.

Por fim, o ato declaratório executivo nº 100, de 29/03/2010 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia, excluiu empresa prestadora de serviços do simples nacional, em razão da proibição de exercer a atividade de locação de mão-de-obra.

Em suma, na licitação em comento está vetada legalmente a participação de empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, por disposição expressa da Lei Complementar nº 123/2006, art. 17, inciso XII, impondo-se, in casu, a desclassificação da proposta e eliminação da RECORRIDA do certame, uma vez que os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, apresentados comprova o descumprimento do artigo 17, inciso XII da referida lei.

III.4. PLANILHAS EM DESACORDO

Ilma. Sra. Pregoeira, a empresa RAQUEL ROCKENBACH EPP, cometeu erro gravíssimo na multiplicação do valor unitário do m², pelo total das áreas, informando valores divergentes a multiplicação correta, cotou também valor errado deixando de considerar o SATXFAP, para chegar no RAT ajustado.

III.5. PROPOSTA ERRADA

A empresa RAQUEL ROCKENBACH EPP, também descumpriu o item 6.5.2.2, NÃO apresentando "a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual"; assim, também deverá ser desclassificada por descumprir o edital, haja visto, que descumprindo este item, também descumpriu o artigo 41, da lei 8.666/93;

IV - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O item 5.2 e 5.3.3 do edital estabelece que:

"5.2 Não poderão participar desta licitação"

"5.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores".

No presente caso, o Contrato Social da Recorrida RAQUEL ROCKENBACH EPP, proíbe liminarmente de habilitar-se no certame uma vez que a mesma, também tem como objeto social a "... atividades de vigilância e segurança armada ...", por descumprir toda legislação pertinente da própria POLÍCIA FEDERAL.

Vale dizer que, estando a proposta da Recorrida em desconformidade com os termos do edital e seus anexos, os quais fazem dele parte integrante e necessária, o efeito imediato é a sua desclassificação.

Está patente a incompatibilidade do CONTRATO SOCIAL e PROPOSTA da recorrida, com os termos do Edital e da lei, o que deverá provocar indubitavelmente a sua desclassificação por meio do juízo de reconsideração a ser feito por esse respeitado órgão, e a exclusão sumária da Recorrida do certame licitatório.

Não se pode admitir, outrossim, que a Recorrida, mesmo tendo incorrido nessas irregularidades tenha

tido aceita sua proposta e sido declarada habilitada no certame, e é mais inadmissível ainda mantê-la classificada e habilitada, porque afronta literalmente a Constituição, e a legislação infra-constitucional pertinente, principalmente a própria legislação da Polícia Federal, quanto as empresas que prestam serviços de "atividades de vigilância e segurança armada".

DPF/SR/MT
1542

Faz-se mister pôr em relevo que o EDITAL faz lei entre as partes. Sendo assim, a não observação de suas exigências, caracteriza infringência à norma e, como tal, ofende o princípio da LEGALIDADE. A aceitação da proposta e a habilitação da Recorrida, pela ilustre Pregoeira, e a manutenção desta decisão equivocada, tornaria letra morta o EDITAL, além das demais normas que regem a matéria. Não se pode conceber que o ente público divulgue o EDITAL, estabelecendo as normas a serem seguidas pelos licitantes e depois ele mesmo deixe de observar as exigências que inseriu no instrumento convocatório, já que O EDITAL VINCULA AS PARTES, não apenas as empresas licitantes, conforme estabelece a LEI.

Segundo a inteligência do artigo 41 da Lei Federal 8.666, de 21/06/93, que se transcreve, verbis:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada".

A interpretação dessa norma deve ser, evidentemente, estendida aos licitantes, uma vez que não apenas a Administração deve se ater aos termos do instrumento convocatório, até porque este tem por finalidade precípua exatamente delinear e delimitar os direitos e obrigações das partes envolvidas – Administração e concorrentes – para que se possa sopesar com segurança jurídica a contratação das compras de materiais e/ou serviços licitados.

Sobre o tema, oportuno o ensinamento do respeitabilíssimo administrativista, prof. J. CRETELLA JÚNIOR, verbis:

"Em obediência ao princípio da legalidade, que rege a operacionalidade técnico-jurídica do estado de direito, no qual vigora a máxima 'suporta a lei que fizeste' – patere legem, quem fecisti –, a presente Lei 8.666/93 consagra a norma segundo a qual 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital que publicou e a que se acha estritamente ligada'".

Também o nobre doutrinador HELY LOPES MEIRELLES ensina, verbis:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.

Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, vem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É imperativo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação (art. 41)".

O Legislador Constituinte, ao inserir a cláusula 37, caput, e inciso XXI, na Carta Magna, buscou oferecer condições aos Administradores Públicos de ter a segurança jurídica que se espera na contratação com os entes da iniciativa privada, impondo regra inafastável de obediência aos princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim dispondo, verbis:

"Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(....)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Nesse diapasão, as regras insertas no Edital estabelecem as exigências mínimas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações por parte da futura contratada, não sendo lícita a contratação da Recorrida que não cumpriu as exigências do edital, na elaboração da proposta é das planilhas, como ficou demonstrado com solar clareza, em linhas volvidas.

Outrossim, o princípio da IGUALDADE, impõe condições de isonomia entre os licitantes, não se afigurando

DPF/SR/MT

1543

legal desigualar os iguais nem igualar os desiguais. Assim, se a proposta apresentada pela Recorrida é incompatível com o edital e com a lei, porque não obedeceu aos critérios justos e legais do instrumento convocatório, não pode ser igualada à Recorrente, que atendeu ipsi literis os preceitos editalícios, indicando com clareza e precisão todos os componentes dos seus custos, discriminados em planilhas minuciosas de formação dos preços, e está apta a exibir todos os documentos exigidos para habilitação, em estrita conformidade com o edital.

Se a Recorrida for mantida classificada, além de injustiça e institucionalização da ilegalidade, se estará quebrando o princípio da IMPESSOALIDADE, na medida em que a Recorrida acabará sendo favorecida, não por vontade ou interesse da Administração, mas por omissão, porque a Recorrida permanecerá no certame, podendo ter até o objeto adjudicado em seu favor, mesmo tendo descumprido as normas do edital.

A manutenção da aceitação da proposta da Recorrida, constituiria, enfim, uma intransigente imposição de desconformidade com a Lei, com o Edital, e colocando em indisfarçável RISCO e INSEGURANÇA JURÍDICA a contratação. Por esta razão, desclassificada a proposta da RECORRIDA, em respeito ao princípio CONSTITUCIONAL (Art. 5º, II, da CF/88) e INFRACONSTITUCIONAL (art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93), da LEGALIDADE.

Assim dispõe o art. 5º, II, da CF, verbis:

"Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Nesse diapasão, a RECORRIDA infringiu a LEI, pura e simplesmente, de modo que deve ser penalizada com a desclassificação de sua proposta e sua inabilitação no certame, enquanto que a Recorrente cumpriu a lei e deve ser classificada em primeiro lugar a proposta da Recorrente.

O art. 3º da Lei 8.666/9, dispõe que, verbis:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da LEGALIDADE, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, do julgamento objetivo e dos que são correlatos". (grifou-se)

Despiciendo, pois, maiores comentários. A lei foi feita para ser cumprida. A lei 8.666/93 foi promulgada com a finalidade de regular as compras e alienações, na esfera pública, em estrita conformidade com a Carta Magna, destina-se a regulamentar as normas que regem as licitações públicas, e, como tal, possui forte âncora no princípio da LEGALIDADE, para frear atos atentatórios ao Direito e à Justiça, motivo pelo qual a interpretação da norma deve ser cogente e arbitrária, não admitindo interpretação restritiva ou exclusiva.

Cumprir destacar, outrossim, que o que se pede e espera é que o(a) respeitado(a) Pregoeiro(a) e Equipe de apoio, e, em última instância, a ilustre Autoridade Superior, julguem o presente RECURSO com imparcialidade e com a competência que lhes é peculiar, e que se espera dos nobres Administradores Públicos, em respeito aos princípios basilares da LEGALIDADE, IGUALDADE, e, especialmente, ao Princípio da MOTIVAÇÃO que rege as decisões da Administração Pública.

VI - REQUERIMENTOS

Expostos esses fatos, que demonstram de forma clarividente o equívoco que seria a manutenção da aceitação e classificação da proposta da Recorrida, a Recorrente pede o recebimento, processamento e julgamento do presente recurso, para que a ilustre Pregoeira e membros da equipe da douta Comissão de Licitação, retroceda e reconsidere a decisão que julgou aceita e classificada a proposta da empresa Recorrida RAQUEL ROCKENBACH, e que a declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2012, para desclassificar a proposta apresentada pela referida empresa no certame e inabilitá-la, e dar prosseguimento no certame até a contratação de uma empresa que atenta perfeitamente o edital e legislação, com a proposta rigorosamente dentro das especificações do edital e da lei e que está apta a exibir os documentos de habilitação absolutamente dentro dos requisitos exigidos pelo edital.

Caso assim não entenda o(a) Ilustre Pregoeiro(a) e demais membros da equipe, que faça subir o presente recurso devidamente informado à autoridade superior, para que seja apreciado, e proferida decisão conclusiva no prazo legal.

Termos em que, com respeito,
Pede e Espera Deferimento.

Aparecida de Goiânia/GO, 07 de maio de 2012.

DPF/SR/MT

1544

NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
Cleber Vicente da Silva – Sócio-Diretor

